

EDUCAÇÃO

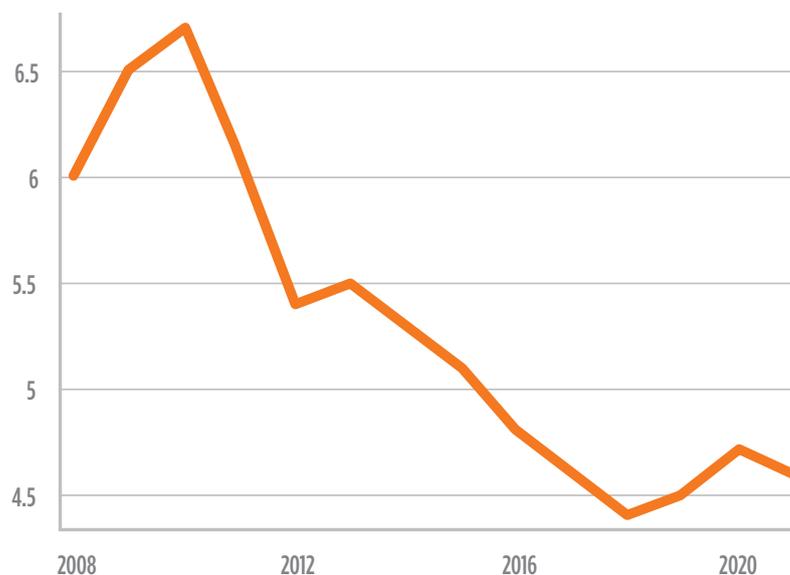
Propostas urgentes
para um sector
em crise



ENQUADRAMENTO

Se a importância de um sector for espelhada pelo investimento dos Governos nas suas opções políticas, os últimos anos mostram que **a Educação não foi, de todo, uma prioridade para o Partido Socialista**. Apesar de as condições económicas e financeiras do país terem sido, desde 2015, incomparavelmente superiores às verificadas, por exemplo, no quadriénio anterior, o desinvestimento no sector é claro e os resultados estão à vista.

Figura 1. Despesas do Estado em Educação (em % do PIB)



1. Fonte: Pordata, 2022

2. O valor relativamente a 2021 é provisório.

3. Interpretação: Em 2021, o Estado gastou, em percentagem do PIB, 4,6% em educação.

Se compararmos com a média da União Europeia, 8.174,5€ de despesa anual por aluno, Portugal está mesmo na liga dos últimos.

PAÍS	2020 (€)
União Europeia	8.174,5
Bélgica	11.321,5
Bulgária	2.435,4
República Checa	5.267,4
Dinamarca	13.287,3
Alemanha	11.114,7
Espanha	6.635,4
França	9.157,3
Croácia	3.077,7
Itália	7.291,5
Chipre	8.096,0
Letónia	4.113,1
Lituânia	4.165,5
Luxemburgo	22.331,3
Hungria	3.474,2
Malta	8.513,0
Países Baixos	11.757,3
Áustria	12.579,3
Polónia	3.893,7
Portugal	5.552,1
Croácia	3.077,7
Bulgária	2.435,4
Roménia	1.987,1
Eslovénia	6.286,5
Finlândia	11.257,6
Suécia	13.040,4
Noruega	16.248,1

Fonte: Eurostat

Os últimos oito anos foram marcados por um conjunto de opções políticas na educação que se têm revelado muito prejudiciais para os alunos e para a qualidade do sistema educativo, sem qualquer base técnica ou científica. Exemplo paradigmático disso mesmo foi **o fim das avaliações externas realizadas nos finais de ciclo**. Um consenso partidário que vigorou durante cerca de 15 anos e que permitia avaliar os alunos, mas mais do que isso a qualidade do sistema educativo. Esta opção política teve custos e a ausência de dados fiáveis revelou-se particularmente grave durante e no pós-pandemia.

De facto, a **situação no sector agravou-se com a pandemia**. Os anos letivos de 2019/2020 e de 2020/2021 foram marcados por um contexto pandémico global que afetou, ainda mais, a realidade da educação portuguesa. Em resultado das medidas de combate à pandemia, as escolas portuguesas passaram por longos períodos de encerramento — nas escolas básicas, Portugal foi dos países europeus que mais tempo manteve escolas fechadas. Isto resultou numa mudança estrutural na atividade das escolas, provocando elevadas perdas de aprendizagem e prejudicando o percurso escolar de cada criança e jovem.

Ainda hoje **continuam por estimar os impactos que a pandemia teve na aprendizagem** dos alunos em Portugal.

Durante estes anos, assistimos ao crescente descontentamento dos professores e pessoal não docente, com promessas que não se materializaram e com a degradação das condições de trabalho destes profissionais. A **autoridade e o respeito pelos professores têm-se deteriorado ao longo dos anos**, a que se junta uma elevada carga burocrática que os consome, sem que daí advenham vantagens para o sistema educativo.

Numa altura em que a situação é crítica, **faltando professores nas escolas**, problema que se acentuará nos próximos anos, há medidas urgentes que devem ser tomadas. Os impactos da **situação de grande instabilidade e perturbação** em que se encontram hoje as escolas refletem-se na **aprendizagem dos alunos** que fica irremediavelmente comprometido. A isto junta-se a circunstância de a **prometida universalização do pré-escolar não ter saído do papel**, nem dos discursos políticos, comprometendo, em especial, os alunos de contextos sociais mais desfavorecidos, para quem o pré-escolar é particularmente importante.

O PSD apresenta, por isso, um conjunto de propostas prioritárias para fazer face à situação de emergência do sector.

OS ALUNOS

PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida. Considerada complementar da ação educativa da família, são inúmeros os benefícios associados à sua frequência. Desde os impactos ao nível do desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e de relacionamento interpessoal, até aos impactos no aumento das probabilidades de completar a escolaridade obrigatória e o Ensino Superior, as vantagens são inegáveis e cientificamente demonstradas. A evidência mostra que o acesso a educação de qualidade nos primeiros anos de vida pode resultar em melhores desempenhos ao longo da vida (académicos, sociais, económicos, no domínio da saúde, entre outros), assim como na redução da taxa de pobreza e da desigualdade social. As crianças que frequentam o pré-escolar têm maior sucesso escolar.

Esta não foi, contudo, uma prioridade para o Partido Socialista nos últimos seis anos. Consagrada na lei desde 2015, a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos, está longe de estar garantida. Ao Estado caberia a responsabilidade de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuitidade da componente letiva.

Em 2016, o Governo liderado por António Costa prometia que até 2020 seria garantida a universalização do pré-escolar, a partir dos 3 anos. Como a idade é um critério de prioridade, há milhares de crianças de 3 anos que continuam sem vaga no pré-escolar.

A taxa de pré-escolarização, que era em 2016 de 90,8%, foi no ano letivo de 2020/2021 de 90,4%, no pré-escolar (Estado da Educação 2021, CNE). Ou seja, é menor do que à data do anúncio da universalização feito pelo Governo liderado por António Costa. E nas crianças de 3 anos, a taxa de pré-escolarização era em 2016/2017 de 78,4% e em 2020/2021 foi de 78,3%. Havia aliás, em 2016, matriculadas 259.850 crianças, quando em 2020/2021 eram 259.030.

As zonas litorais do Norte, da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve são as que apresentam os maiores desajustamentos entre a oferta e a procura.

A educação pré-escolar continua a ter uma resposta insuficiente para crianças e respetivas famílias, numa rede nacional que se divide entre uma oferta pública e privada, esta última abrangendo estabelecimentos privados e do sector social.

Outro sinal claro de que o pré-escolar não foi prioritário nos últimos anos é que os valores de comparticipação continuam praticamente estagnados há 15 anos. O valor pago às misericórdias que têm oferta de pré-escolar era em 2008 de 173,49 euros por criança, sendo em 2022 de 178,05 euros, ou seja, a atualização foi de 2,6%.

O QUE PROPÕE O PSD?

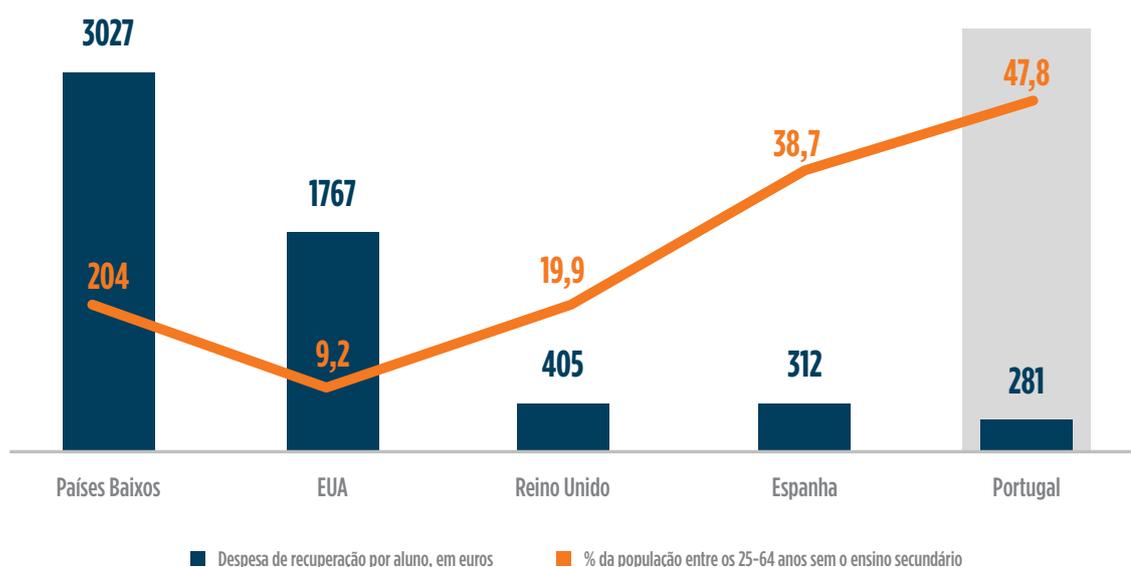
Para o PSD a aposta no pré-escolar é uma prioridade política. É um poderoso instrumento de combate às desigualdades, que deve ser central na ação governativa. Propomos, por isso:

- 1** **Garantir a universalidade do pré-escolar até ao final da legislatura**, contratualizando com entidades privadas e do sector social, de modo a garantir vaga para todas as crianças, com base em critérios rigorosos de qualidade pedagógica;
- 2** **Rever o sistema de comparticipações pelo Estado**, atualizando os valores pagos por criança;
- 3** **Contratualizar com os municípios**, comparticipando as intervenções necessárias, para que haja um alargamento da resposta pública.

APRENDIZAGEM

O Plano 21|23 Escola +¹ foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 90/2021, de 7 de julho, um plano que se propunha a recuperar as aprendizagens, destinado aos alunos dos ensinos básico e secundário, a frequentar estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo de nível não superior, incluindo escolas profissionais, públicas e privadas. O Plano 21|23 começou, de resto, com um problema de raiz: propôs-se recuperar a aprendizagem perdida pelos alunos durante a pandemia, sem que o Ministério da Educação fosse capaz de quantificar esse dano na aprendizagem. Ou seja, o governo lançou um plano de recuperação sem antes ter conseguido realizar qualquer diagnóstico sobre o que havia a recuperar. Além de que, importa lembrar, dos 900 milhões de euros anunciados para o plano, cerca de 2/3 desse valor seriam alocados à realização de obras, o que não é recuperação de aprendizagens.

Figura 2. Despesa da recuperação x escolaridade da população



PÚBLICO

Fonte: Miguel Herdade, com dados da OCDE, Ministério da Educação e Education Policy Institute

¹ Análise Jurídica - Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 | DR (diariodarepublica.pt)

A despesa de Portugal foi de 281 euros por aluno, quando em Espanha foi de 312 euros, em Inglaterra 405 euros, nos Estados Unidos 1.767 euros, ou na Holanda foi de 3.027 euros.

No final dos dois anos previstos para a sua execução, o Tribunal de Contas realizou uma auditoria² cujas conclusões são preocupantes para a realidade da educação portuguesa. Com uma implementação discricionária das ações propostas, e sem indicadores ou metas definidas a priori, o Tribunal de Contas refere-se a **“prioridades pouco claras, a insuficiente afetação de recursos, o excessivo número de ações e a inexistência de metas e de indicadores predefinidos para efeitos de monitorização e avaliação”**.

Das 51 ações previstas, apenas 14% foram concluídas, 84% ainda se encontravam em curso e foram reportados diversos constrangimentos. O Tribunal de Contas refere, ainda, que por conta da limitação de recursos humanos, é clara a *“necessidade de ponderar a continuidade e o reforço de docentes e técnicos especializados, designadamente para assegurar atividades letivas a todos os alunos, pois, não obstante o contributo do Plano 21|23, a insuficiência de recursos permanece crítica”*. Como se constatou recentemente, o **Governo socialista ignorou estes alertas, e não só não reforçou como cortou nos recursos afetos à recuperação das aprendizagens perdidas.**

De forma não menos importante, esta auditoria denunciou o *modus operandi* socialista no que concerne à gestão financeira da educação e deste Plano em específico. O *“Programa Orçamental para a Educação não fornece informação global, explícita, específica ou detalhada sobre o montante afeto ao Plano 21|23 e/ou às suas ações, nem tal insuficiência é suscetível de ser suprida através das diversas entidades envolvidas na execução”*, isto é, **a ausência de transparência orçamental impossibilita a avaliação do reforço financeiro efetuado.**

Tendo o Plano 21|23 Escola + falhado na sua total execução, encontrando-se a maioria das ações ainda em curso no final do ano letivo transato, o Conselho de Ministros decidiu por um teórico prolongamento do Plano para o ano letivo de 2023/2024³, o que resulta da aprovação de uma proposta apresentada pelo PSD em fevereiro deste ano na Assembleia da República. Porém, o que o Governo optou por fazer é o prolongamento de apenas uma pequena parte das ações inicialmente delineadas, as que terão menor impacto na recuperação da aprendizagem, **não estando contemplado o reforço do crédito horário.**

O Governo justifica-se com a inexistência da continuação dos apoios comunitários como justificação para a diminuição do reforço do crédito horário. Sendo a alocação dos recursos do Estado o resultado de escolhas políticas, a inexistência de verbas destinadas ao crédito horário só pode ser interpretada como uma **falta de prioridade política atribuída à recuperação de aprendizagens.**

² AUDITORIA À RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS 21/23 ESCOLA+ (tcontas.pt)

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023 | DR (diariodarepublica.pt)

O QUE PROPÕE O PSD?

Para o PSD é fundamental recuperar as aprendizagens perdidas durante a pandemia, bem como as que foram prejudicadas em resultado da instabilidade que as escolas atravessam nos últimos anos. Propõe-se assim:

- 1** Criar um modelo de aferição sistemática da aprendizagem dos alunos, para monitorizar, acompanhar e divulgar publicamente a evolução do plano de recuperação das aprendizagens, de acordo com prioridades e necessidades identificadas por cada Agrupamento de escolas, de forma a permitir uma análise transparente, rigorosa e regular do impacto das medidas e dos progressos alcançados em face de objetivos curriculares claros;
- 2** Promover a (real) recuperação de aprendizagens com um sistema de tutorias, mas também com o reforço de créditos horários, de modo a apoiar, em especial, os alunos com maiores dificuldades e que estão literalmente a serem deixados para trás. Esta medida é especialmente importante para os alunos de estatuto socioeconómico baixo para quem a recuperação das aprendizagens perdidas durante a pandemia é premente (valor estimado de 212MM de euros de salários futuros)⁴. As análises custo-benefício para este tipo de programas demonstram retornos⁵ elevadíssimos. Para o exemplo português, a análise dos investigadores da Nova School of Business and Economics e do Ambition Institute do Reino Unido, calculou que a aplicação desde tipo de programas para recuperação das aprendizagens traria um retorno 3x a 10x vezes superior a cada €1 investido⁶.

⁴ Hanushek, E., Woessmann, L., The Economic Impacts of Learning Losses, OECD, 2020

⁵ Nickow, Andre and Oreopoulos, Philip and Quan, Vincent, The Impressive Effects of Tutoring on Prek-12 Learning: A Systematic Review and Meta-Analysis of the Experimental Evidence (July 2020). NBER Working Paper No. w27476, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3644077>

⁶ Carvalho, B. P., Freitas, P., Herdade, M., Peralta, S., & Reis, A. B. (2021). Aprendizagens perdidas devido à pandemia: Uma proposta de recuperação. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4636992>

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Importa recordar que a **Ação Social Escolar (ASE)** tem como principais objetivos combater a exclusão social, o abandono escolar e promover a igualdade de oportunidades, no acesso ao ensino obrigatório, de forma a eliminar as desigualdades sociais, económicas, culturais e familiares existentes.⁷

Portugal está abaixo da média da União Europeia (UE) nos indicadores de taxa de risco de pobreza e exclusão social, como demonstra o relatório Portugal Balanço Social de 2020. Estes são dados especialmente preocupantes, considerando que este é um dos “preditores de sucesso no desempenho dos alunos, com um impacto mais relevante nas crianças de contextos familiares mais vulneráveis”.⁸

Os dados mais recentes do Eurostat (referentes a 2022) atestam que, em Portugal, 20,7% das crianças e jovens em idade de escolaridade obrigatória estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Conclui ainda o Eurostat⁹ que: “as crianças que crescem na pobreza ou na exclusão social encontram dificuldades em estar bem na escola, ter boa saúde e realizar todo o seu potencial mais tarde na vida. Também enfrentam um risco maior de se tornarem desempregados, pobres e socialmente excluídos quando forem adultos”.

Com efeito, os rendimentos do agregado familiar são dos maiores determinantes dos resultados escolares dos alunos. Prova disso é que a percentagem de alunos com ASE que tem nota máxima a matemática é cerca de metade da dos outros alunos.¹⁰

Face ao contexto económico atual e à falta de atualização das portarias que regulamentam a atribuição dos subsídios aos alunos abrangidos pela Ação social Escolar, estão as famílias a braços com uma despesa cada vez maior no que respeita aos valores a disponibilizar para efeitos de aquisição do material escolar e participação em visitas de estudo, por parte dos menores a seu cargo, a que se junta um brutal aumento dos custos de vida, desde a alimentação, à energia, passando pelas despesas com a habitação.

Com efeito, um casal que receba dois salários mínimos mensais e que tenha a cargo um menor fica, pelos critérios vigentes, excluído da atribuição dos apoios previstos no âmbito da Ação Social Escolar, uma vez os limites para a sua atribuição, fruto da sua não revisão, permanecem desfasados das necessidades atuais. O limite máximo do rendimento de referência para que um aluno possa beneficiar destes apoios é de 6.726,02 euros. **Esta injustiça deverá ser corrigida com o alargamento do número de escalões da Ação Social Escolar, deixando de existir a correspondência atual entre escalões do abono de família e do ASE.**

Por outro lado, é inegável o aumento do custo de vida e o peso acrescido, para as famílias, das despesas inerentes à frequência da escolaridade obrigatória, por parte dos menores a seu cargo. Desta forma, torna-se premente a revisão dos valores constantes no Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, visando a **atualização dos montantes dos Auxílios Económicos**. Deverá ainda ser assumida que a revisão tenha um carácter periódico para que responda eficazmente às necessidades das famílias atendendo ao contexto

⁷ Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março na sua redação atual – Regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar

⁸ ESTUDO | Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade, Conselho Nacional de Educação

⁹ Crianças em situação de pobreza ou exclusão social - Produtos Eurostat News - Eurostat (europa.eu) <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/ddn-20221027-2>

¹⁰ Crianças em Portugal e Ensino a Distância: um retrato, M. Esteves, P. Freitas, M. Herdade, B. P. Carvalho, S. Peralta, 2021

económico das mesmas e do País em geral. Tal revisão não deve constituir mais uma tarefa burocrática para as escolas, nem para os cidadãos, devendo ser garantida a interoperabilidade entre os diferentes sistemas dos serviços que emitem as necessárias declarações para a atribuição automática e atempada dos apoios relativos à Ação Social Escolar.

O QUE PROPÕE O PSD?

Consideramos fundamental a correção dos valores de ação social escolar que deixam desamparadas milhares de crianças que ficam assim numa posição de maior vulnerabilidade, em resultado da inação dos poderes públicos. O PSD entende que é essencial:

- 1** Garantir, em sede de Orçamento do Estado para 2024, o aumento da dotação para a Ação Social Escolar de modo a **ampliar a abrangência dos beneficiários dos escalões e contemplar uma diferente correspondência entre os escalões do abono de família e os definidos para a Ação Social Escolar;**
- 2** Alterar as atuais correspondências entre os Escalões do Abono de Família e os Escalões do ASE, previstos no Despacho N.º 8452-A/2015, de 31 de julho, na sua redação atual, para que:
 - a.** ao Escalão A corresponda os Escalões 1 e 2 do abono de família;
 - b.** ao Escalão B corresponda o Escalão 3 do abono de família;
 - c.** ao Escalão C corresponda o escalão 4 do abono de família;
- 3** **Aumentar os valores de participação do Material Escolar** e do Valor Máximo atribuído para as **Visitas de Estudo;**
- 4** **Automatizar, através da interoperabilidade entre os dados detidos pelas finanças e a segurança social e permitindo às escolas,** mediante autorização dos encarregados de Educação ou dos alunos, quando maiores de idade, **a consulta dos dados necessários, escalão do abono de família, para a atribuição do apoio relativo à Ação Social Escolar;**
- 5** **Automatizar a atribuição da bolsa de mérito,** dispensando a necessidade de candidatura, desde que os alunos preencham os requisitos previstos no regulamento atualmente em vigor.

3 OS PROFESSORES

Se os alunos não são uma prioridade para o Partido Socialista, os professores também não o são. Paradigmático disso mesmo é a forma como o Governo tem lidado e tratado a classe docente numa total falta de respeito e consideração pelos professores.

A carreira docente encontra-se, atualmente, num **paradigma assente em precariedade e insustentabilidade**.

A degradação das escolas públicas tem assentado em grande medida no descontentamento que grassa na classe docente e não docente. Existem diversas razões para esse descontentamento dos Professores: as regras de colocação, as condições das escolas, a falta de disciplina, mas em grande medida, o sentimento de injustiça relativamente ao congelamento a que as suas carreiras foram sujeitas.

A não contagem de 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço tem provocado uma forte contestação dos Professores, com reflexos na qualidade do ensino e na própria assiduidade e nas aprendizagens dos alunos. **O Governo tem-se mostrado insensível e incapaz de negociar de forma clara, transparente, honesta e aberta com os Professores.**

A 25 de agosto de 2023 foi publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei n.º 74/2023¹¹ que “estabelece os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário”.

Através da análise do diploma, no entanto, verifica-se que o congelamento das carreiras continuará a ser, mesmo após a implementação deste diploma, de 6 anos, 6 meses e 23 dias. Isto é, **o diploma não recuperará nenhum dos dias do congelamento e aqueles que são os efeitos do congelamento manter-se-ão.**

É flagrante a falta de visão estratégica para a carreira docente que suporta um dos pilares mais importantes da sociedade democrática – a Educação. Esta ausência de estratégia é, ainda, premente, no que à sustentabilidade da carreira concerne.

¹¹ Decreto-Lei n.º 74/2023 | DR (diariodarepublica.pt)

De acordo o estudo “Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências em Portugal”¹², da Fundação José Neves (FIN), em 2020, **Portugal era o país da União Europeia onde o índice de envelhecimento dos docentes era mais elevado, sendo projetada a necessidade de recrutar 34.500 docentes entre 2021 e 2030 para manter a sustentabilidade.** Além do envelhecimento, no que diz respeito aos salários, os professores portugueses têm perdido poder de compra ao longo dos últimos anos. De acordo com o relatório *Education at a Glance 2023*, os **salários reais dos docentes portugueses caíram 1%**, entre 2015 e 2022. No mesmo período, os vencimentos dos colegas dos restantes países subiram, em média, 6%.

O problema agrava-se de ano para ano, com o aceleração das aposentações de professores, e continuará a agravar-se, pelo menos, até 2028. Este ano letivo arrancou com milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, já ilustrando a acentuada escassez de professores em determinadas áreas disciplinares (como Português) e em determinadas zonas do país (Lisboa e região Sul). Sem resolver vários dos desafios dos professores, tal como o problema das colocações a quilómetros de casa, com os custos insuportáveis do alojamento, **a falta de professores em muitas escolas arrisca tornar-se uma realidade permanente, prejudicando os alunos e o normal funcionamento das escolas.**

Sendo clara a falta de professores também o é a falta de estratégia e ação política do Governo em tornar a carreira mais atrativa, para que os jovens queiram e optem por esta profissão. O número de estudantes em cursos de formação inicial de professores só muito recentemente voltou a subir, tendo a **tendência de formação de docentes**, entre 2013/2014 e 2020/2021, observado uma queda de 18%.

De resto, de acordo com o TALIS, um inquérito da OCDE às condições de trabalho dos professores e diretores de escolas, 87% dos professores em Portugal reportam um nível elevado de stress do trabalho. É o valor mais elevado entre todos os países da OCDE, onde a média fica nos 49%. Inevitavelmente, **falar de bem-estar e de saúde mental nas escolas, hoje, também é falar dos nossos docentes.**

Este é o retrato do Ensino em Portugal: uma falta de sustentabilidade na renovação de docentes, de modo a garantir uma escola de qualidade às próximas gerações, alicerçada a falta de condições prestadas aos atuais docentes, sustentadores deste pilar da sociedade.

É inegável o impacto que os professores têm no percurso dos alunos. Esse impacto verifica-se ao nível das notas, basta ver o estudo que demonstra que se todos os alunos do 3.º ciclo tivessem acesso a um dos professores mais eficazes, a percentagem de negativas a Português diminuía de 48% para 10%¹³, mas também ao nível dos salários auferidos no futuro pelos alunos, com um impacto direto¹⁴.

Valorizar os professores é também colocar os alunos em primeiro lugar das opções políticas.

¹² Estado da Nação 2023 | Fundação José Neves (joseneves.org)

¹³ Balcão Reis, A., Seabra, C., Nunes, L. C., Carneiro, P., Freitas, P., & Ferreira, R. (2021). *O impacto do Professor nas aprendizagens do aluno – Estimativas para Portugal.*

¹⁴ Chetty, R., Friedman, J. N., & Rockoff, J. E. (2014a). Measuring the Impacts of Teachers I: Teacher Value-Added and Student Outcomes in Adulthood. *American Economic Review*

O QUE PROPÕE O PSD?

A questão do **congelamento** não pode permanecer eternamente num impasse, que mantém a instabilidade e contribui para a falta de atratividade para a profissão docente. O PSD, estando na oposição, não pode negociar e construir com os sindicatos uma solução exequível no imediato.

Por outro lado, o PSD lamenta profundamente a falta de transparência do Governo que sendo o único detentor de todos os dados que permitem medir os impactos financeiros das soluções possíveis, se tem negado recorrentemente a partilhar e demonstrá-los. Ainda assim, ouvindo representantes dos professores e atendendo a alguns indícios alegadamente avançados pelo Governo, podemos estimar esse impacto entre 250 e 300 milhões de euros.

Com **base nesse pressuposto**, que propomos que seja confirmado pela UTAO e pelo Conselho das Finanças Públicas, deixamos de forma clara a nossa proposta, que no futuro e mantendo-se a incapacidade do atual Governo em resolver a questão, se transformará num compromisso eleitoral com os professores portugueses:

- 1 Fasear a recuperação do tempo de serviço perdido em cinco anos consecutivos, à razão de 20% do tempo total em cada um desses anos.**

Sobre os desafios da carreira docente. É urgente apresentar soluções para mitigar a falta de professores em milhares de escolas, muito agravados pelos custos com a habitação. Sendo prioritário para o PSD reduzir significativamente o número de professores que se encontram deslocados da sua área de residência, consideramos essencial:

- 2 A criação de uma dedução em sede de IRS das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 km da sua área de residência.**
- 3 Consideramos também essencial a alteração do modelo de colocação de docentes**, de modo a permitir ter em consideração os fatores, residência e avaliação (e não apenas a média de curso e o tempo de serviço), garantindo equidade, adaptabilidade, eficiência e eficácia, utilizando fatores de correção entre as várias fases do concurso e disponibilidades supervenientes.

Consideramos também essencial a **redefinição do perfil do professor** e construção de um referencial para a **avaliação de desempenho** docente, contextualizado com as competências do século XXI, com a necessária adaptação da formação contínua e inicial de professores.



EDUCAÇÃO

Propostas urgentes para um sector em crise



Setembro 2023